



Parecer Jurídico

INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitação do município de Água Doce Maranhão/MA.

ASSUNTO: LICITAÇÃO. CONVITE N°. 004/2017 – PMADM. PLANO DA LEGALIDADE

I – DO PARECER:

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão, encaminhou a esta Assessoria, processo que abrigam nos presentes autos o CONVITE 004/2017 – PMADM, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER A DEMANDA OPERACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO/MA, DE ACORDO COM CONDIÇÕES ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO.**

O consulente requer manifestação jurídica acerca do procedimento licitatório norteado pela CARTA CONVITE N° 004/2017 – PMADM, com vistas, notadamente, à adjudicação e homologação do certame.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO:

Como cedição, a exigência de emissão de Parecer Jurídico contido no inc. VI, do art. 38, da Lei 8.666/93 restringe-se ao exame da legalidade dos atos administrativos.

Encerrado o certame, o Presidente, submeteu o processo licitatório ora em comento a esta assessoria jurídica, sugerindo a adjudicação com a consequente homologação do resultado a empresa **ANTONIO CARLOS MARQUES – ME**, com fulcro no art. 43, inciso VI, da lei 8.666/93, para que depois dessa fase possa dar prosseguimento ao presente procedimento.

Trata-se de segundo parecer sobre o procedimento licitatório, na modalidade Convite, com objetivo de verificar todos os requisitos da fase externa do certame.

Nota-se que o primeiro parecer foi acerca dos requisitos exigidos em Lei para realização do certame, os quais já foram objeto de análise no parecer datado de 24 de fevereiro de 2017.

Assim me atento à análise do procedimento após o referido parecer, ou seja, a fase externa que até o presente momento possui no certame;



Aprovação da autoridade competente para início do processo licitatório, devidamente motivada e analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público;

Consta nos autos em versão original da Carta Convite e anexos do CONVITE nº. 003/2017 – PMADM, tipo menor preço global, rubricado em todas as folhas pelo Presidente e membros e, assinado pela Prefeita Municipal, conforme art. 40, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

III – DA CONVOCAÇÃO E PUBLICIDADE DO EDITAL

A Convocação dos interessados se deu por meio de aviso de licitação tempestivamente publicado no mural da Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão, contendo nele a definição do objeto da licitação, indicação do local, dias e horários e que os interessados pudessem ler e obter o texto integral e todas as informações sobre a licitação. A publicação exigida foi feita no prazo previsto em Lei até o recebimento da proposta. Consta também como forma de publicação os convites enviados para as empresas, tendo sido convidadas três empresas a disputarem o certame, conforme se denota dos recibos de convite em anexo, bem como do comparecimento à reunião de abertura dos envelopes.

Após as publicações necessárias podemos dizer que o procedimento licitatório passa a existir na Administração Pública, as quais ao meu sentir cumprem os princípios Administrativos bem como a Lei de Licitações 8.666/93.

Segundo se depreende da Ata, foi realizada a sessão pública para recebimento das propostas no dia hora e local designados (10 de março de 2017) às 15h:00mim (quinze horas) no instrumento convocatório, o Presidente juntamente com os membros da comissão procederam a abertura do certame, efetuando o credenciamento.

Ora, ato de credenciamento nada mais é do que a apuração da legitimidade de representação, momento em que o Presidente verifica se o representante legal da licitante possui documento hábil que lhe confere poderes para imputar obrigações e exercer direitos e faculdades em nome da representada.

Foi realizado o credenciamento das 03 (três) licitantes presentes as empresas: G. C. C. MENDES TRANSPORTE - ME; ANTONIO CARLOS MARQUES – ME e R. N. P. GOMES CONSTRUÇÕES – ME, através dos respectivos representantes os Srs. GIAN CARLOS COSTA MENDES; ANTONIO CARLOS MARQUES e RAIMUNDO NONATO PONTES GOMES, a qual se identificou e comprovou a existência dos necessários poderes para a prática de todos os atos inerentes ao certame, seguida de assinatura na lista de presença.

Como a ata deve consignar, mesmo que em síntese apertada, os fatos efetivamente ocorridos na sessão pública, incumbe ao Presidente, que descreva adequadamente o credenciamento, citando expressamente os representantes legais das licitantes, facilitando com isso os atos de controle interno, o que foi devidamente atendido.



Aberta a sessão, recolheram-se os envelopes de Documentos de Habilitação e Propostas de Preços. Além disso, foram apresentadas as declarações de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e de observância ao artigo 27, V, da Lei nº 8.666/93, decorrente da norma contida no artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

IV – DA HABILITAÇÃO

Verificando o Presidente o atendimento às exigências do Edital. No cotejo entre os documentos listados no instrumento convocatório e os apresentados pelas empresas convidadas, verifico o efetivo atendimento das exigências da lei interna do certame, chegando a decisão que todas as empresas estavam devidamente habilitadas. O que não prejudicou o Princípio da ampla concorrência, vez que três empresas permanecerem na licitação, com todos os documentos hábeis, sendo assim consideradas habilitadas a oferecerem preços.

Assim sendo, entendo plenamente atendidas as exigências legais e edilícias referentes à habilitação.

Por fim, cumpre consignar que a licitante declarou e enquadrar como empresa de porte conforme documentos.

Haja em, *in casu*, nenhuma das empresas manifestaram, interesse em interpor recursos contra as decisões tomadas pelo Presidente, não havendo impugnações aos documentos, importando na decadência do direito de recursos.

V – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O Presidente, assistida pelos membros da comissão, procedeu à imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, como a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento ou de execução.

Na sequência da sessão, passou-se a abertura e análise dos valores, sendo eles: G. C. MENDES TRANSPORTE – ME: R\$ 59.510,36 (Cinquenta e nove mil quinhentos e dez reais e trinta e seis centavos) sendo para: Item I: R\$: 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais); Item II: R\$: 9.900,00 (nove mil e novecentos reais); Item III: R\$: 11.180,36 (onze mil cento e oitenta reais e trinta e seis centavos); Item IV: R\$: 18.030,00 (dezoito mil e trinta reais), ANTONIO CARLOS MARQUES – ME: R\$ 57.200,00 (Cinquenta e sete mil e duzentos reais) sendo para: Item I: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); Item II: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais); Item III: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);

Michael Christopher Lima de Sousa
Antônio de Lina Santos
Claudio Roberto da Silva Cavalcante



ESTADO DO MARANHÃO

Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM

Procuradoria Geral do Município – PGM

CNPJ: 01.612.339/0001-01

Rua do Comércio, s/n – Centro Água Doce do Maranhão/MA CEP: 65.578 – 000



Item IV: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) e R. N. P. GOMES CONSTRUÇÕES – ME: R\$ 60.482,24 (Sessenta mil quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), sendo para: Item I: R\$: 20.872,80 (vinte mil oitocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos); Item II: R\$: 10.017,40 (dez mil dezessete reais e quarenta centavos); Item III: R\$: 11.260,24 (Onze mil duzentos e sessenta reais e vinte e quatro centavos); Item IV: R\$ 18.331,80 (Dezoito mil trezentos e trinta e um reais e oitenta centavos).

O Presidente consignou em ata, considerou que as empresas G. C. C. MENDES TRANSPORTE - ME; ANTONIO CARLOS MARQUES – ME e R. N. P. GOMES CONSTRUÇÕES – ME, encontra-se com a proposta em conformidade com as exigências estabelecidas na Carta Convite, que a mesma preencheu todos os requisitos exigidos, deliberando pela classificação das propostas.

Ressalta-se que a proposta com o menor preço foi no montante de ANTONIO CARLOS MARQUES – ME: R\$ 57.200,00 (Cinquenta e sete mil e duzentos reais), sendo para: Item I: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); Item II: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais); Item III: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais); Item IV: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

Ato continuo facultou a palavra aos representantes da licitante com intenção de interpor recurso da decisão do Presidente, direito este concedido no art. 109 da Lei 8.666/93, a qual renunciou expressamente ao direito de interpor recurso.

Consoante o termo que se segue à ata, o Presidente segue com pedido para assessoria jurídica para parecer no tocante à adjudicação e homologação, à licitante vencedora.

Segundo a melhor doutrina, a homologação envolve duas ordens de considerações, uma no plano da legalidade, outra no da conveniência.

Registro que a minuciosa análise acima realizada por essa assessoria jurídica constatou que a legalidade (conformidade com a Lei e com a Carta Convite) foi estritamente observada em cada ato que integra o presente procedimento licitatório.

No que tange à conveniência, resta evidenciado que a proposta ofertada é vantajosa para a Administração.

In casu, a aferição da vantagem da proposta deve ser feita com relação ao preço, tomando por base os valores apostados pelo mercado diante da pesquisa previamente realizada.

Michael Christopher Lima de Sousa
Antonio de Lima Santos
Claudio Roberto da Silva Cavalcante



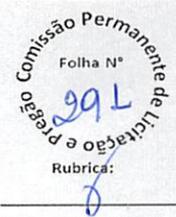
ESTADO DO MARANHÃO

Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM

Procuradoria Geral do Município – PGM

CNPJ: 01.612.339/0001-01

Rua do Comércio, s/n – Centro Água Doce do Maranhão/MA CEP: 65.578 – 000



Extrai-se da ata que o julgamento foi realizado em uma única sessão conduzida pelo Presidente, com auxílio dos membros da comissão.

A análise acima evidencia que o processo licitatório está em ordem, que as disposições legais que regem a modalidade de licitação foram fielmente observadas e que a proposta apresentada no CONVITE N° 004/2017 – PMADM é vantajosa para a Administração.

VI – DA CONCLUSÃO

Concluo, então, que foram atendidas as prescrições legais, não havendo mácula invalidante do presente procedimento licitatório.

Considerando o exposto e a conclusão *retro*, opino pela adjudicação e consequentemente pela homologação do resultado do objeto do CONVITE N°. 004/2017 à empresa ANTONIO CARLOS MARQUES – ME, com fulcro no art. 43, inciso VI, da Lei 8.666/93.

É o parecer.

Água Doce do Maranhão/MA, 13 de março de 2017.

Procurador Geral do Município
Água Doce do Maranhão/MA